

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

**REQUERIMENTO N° , DE 2015
(DO SR. ARNALDO JORDY)**

*Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **Ricardo dos Santos Guedes**.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **Ricardo dos Santos Guedes**, Diretor-Presidente da Bridge Participações S.A., para esclarecer o recebimento de R\$ 2,21 milhões da montadora Caoa, referente a serviços não prestados.

JUSTIFICAÇÃO

O Diretor-Presidente e sócio da Bridge Participações S.A., Ricardo dos Santos Guedes, prestou depoimento à Polícia Federal na Operação Acrônimo, no qual informou desconhecer que a empresa da qual é Diretor-Presidente prestasse serviços de tecnologia discriminados na nota fiscal emitida pela Bridge em favor do Grupo Caoa.

Recentemente, a revista Época denunciou que a Bridge Participações S.A. é comandada por Benedito Rodrigues de Oliveira, e recebeu R\$ 1,72 milhão do Grupo Caoa, fabricante e distribuidor dos carros da marca Hyundai no Brasil, referente a serviços não prestados. Esse montante seria propina por interferências feitas por Benedito Rodrigues de Oliveira e o Governador de Minas Gerais Fernando Pimental em favor da empresa em financiamento junto ao BNDES e em atos deste enquanto ocupava o cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

Na matéria da Época de 31/07/2015, intitulada “*Os R\$ 2 milhões da montadora Caoa para o operador de Pimentel*”, a reportagem revela:

“Pimentel e Bené são investigados pela Polícia Federal, na Operação Acrônimo, por lavagem de dinheiro – e por suspeita de, justamente, fazer uma ponte. Entre empresas que desejam empréstimos no BNDES e o próprio BNDES. (...)

É nesse ponto da cronologia que entram as notas fiscais a que ÉPOCA teve acesso. De acordo com elas, a Caoa repassou R\$ 2,21 milhões às duas empresas de Bené, Bridge e BRO, entre outubro de 2013 e junho de 2014. (...)

Um dos fatores a despertar a curiosidade era a natureza dos serviços prestados, sempre extremamente vaga. De acordo com uma das notas fiscais obtidas pela reportagem, “estudo de processo produtivo usando como meio de pesquisa a internet”. O que significa isso? Procurar no Google? Talvez algo mais, pelo preço: R\$ 265 mil. Outra nota segue a mesma lógica. “Estudo e planejamento de ações usando ferramentas tecnológicas existentes no mercado.” (...)

Dos R\$ 2,21 milhões recebidos da Caoa, a maior parte foi para a Bridge: R\$ 1,46 milhão. Essa empresa foi o primeiro foco da investigação da PF, por ter sido usada para comprar um avião para Bené – o mesmo que foi alvo de uma batida policial em outubro do ano passado. O diretor é Ricardo Guedes, funcionário de Bené contratado por R\$ 7 mil. À PF, ele disse que sabia apenas de um empreendimento, para a exploração de garimpo em Serra Pelada – nada a ver com as proezas tecnológicas contratadas pela Caoa. O próprio diretor da Bridge colocou dúvidas sobre os serviços da empresa. “A respeito da contabilidade da Bridge, informa que não tem certeza se os serviços referentes ao faturamento foram todos prestados”, disse em depoimento à PF obtido por ÉPOCA. A Bridge foi criada em 2011 pelo empresário José Appel (que assumiu o

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

cargo de contador) e, desde 2013, é controlada por Bené por meio de Guedes (que já admitiu à PF que Bené é o verdadeiro dono). (...)

Os repasses para a Bridge e BRO são o terceiro indício para uma mesma suspeita da PF: os incentivos do BNDES e do Ministério do Desenvolvimento podem ter sido facilitados por repasses a Fernando Pimentel.”

É necessário que o Sr. Ricardo dos Santos Guedes esclareça o seu depoimento à Polícia Federal e os supostos serviços prestados pela Bridge Participações ao Grupo Caoa, no valor de R\$ 1,72 milhão.

Pelos motivos aqui expostos, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em ____ de agosto de 2015.

**Arnaldo Jordy
PPS/PA**